CARRIL

Boletim Informativo da Célula do Partido Comunista Português na Carris
Outubro 2010 **Trimestral**

Trabalhadores da Carris… Uni-vos!

Os trabalhadores da Carris vêm sendo confrontados com uma das maiores ofensivas contra os direitos conquistados pela luta de gerações de trabalhadores e, ao longo dos anos, consagrados no AE, com relevância para o não pagamento integral da assistência médica e medicamentosa ou do complemento do subsídio de baixa por doença quando esta é dada pelos médicos dos Centros de Saúde, para onde, curiosamente, os trabalhadores são enviados quando necessitam de fazer exames médicos que só aí podem ser prescritos. Recorde-se que, sobre esta matéria, o Tribunal do Trabalho já se pronunciou várias vezes condenando a Carris, continuando o CA a violar o AE que assinou livremente com as Organizações Sindicais.

Com a contratação de trabalhadores pela Carrisbus e pela Carristur, a Carris está, entre outras coisas, a libertar-se de encargos, dado que a estes trabalhadores não se lhe aplicam os direitos sociais em vigor na Carris, ainda que, na prática, trabalhem para a Carris.

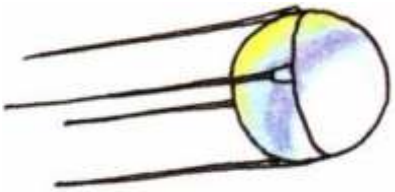
As alterações sistemáticas que são feitas aos horários de trabalho dos motoristas e guarda-freios obrigam-nos a estar, na realidade, ao serviço da empresa 10 a 12 horas por dia e não 8 horas no máximo como deveriam, sendo que, muitas vezes, alguns, mal chegam a casa, recebem um telefonema a pedir para "desenrascar um serviço" e, se acederem, na maior parte dos casos não cumprem o tempo de descanso obrigatório por Lei.

São vergonhosas as pressões exercidas sobre os trabalhadores contratados a termo para que aceitem tudo o que lhes querem impor sob pena de não passarem ao Quadro. É vergonhosa a forma como se pretendem transformar acidentes de trabalho em situações de doença normais. Como vergonhosas são as pressões para que os trabalhadores não utilizem o dia para tratar de assuntos de carácter pessoal, os dias por morte de familiares ou os de licença de paternidade em troca da perspectiva do recebimento de um subsídio que pode não se receber se o trabalhador adoecer ou tiver um acidente. Esta cultura da subsidio-dependência serve à Empresa de duas maneiras: põe trabalhadores contra trabalhadores, desviando as atenções dos CA e dos Governos que o nomeiam; e secundariza a importância do salário como a principal forma de retribuição do trabalho. Salários que não têm sequer acompanhado a taxa de inflação, que foram diminuídos com o aumento de impostos e a retirada a muitos agregados familiares do abono de família e que se continuarão a degradar com as medidas anunciadas para as empresas do Sector Empresarial do Estado no OE2011. Isto, em resultado dos acordos celebrados entre o governo PS e o PSD (abençoados pelo CDS/PP) traduzidos nos chamados PEC 1, 2 e 3, com que nos querem fazer impor que sejam os trabalhadores a que pagar uma crise que não provocaram.

É TEMPO DE DIZER BASTA!
TENHAM A CORAGEM DE TAXAR OS LUCROS DA BANCA.
TENHAM A CORAGEM DE ACABAR COM A ECONOMIA PARALELA E OS OFF-SHORES.
A POLÍTICA DESTE GOVERNO (e dos partidos com que está aliado) NÃO É UMA INEVITABILIDADE. EXISTEM ALTERNATIVAS!!!

Neste quadro de ofensiva geral contra os trabalhadores e os mais desfavorecidos, a GREVE GERAL convocada pela CGTP-IN, para 24 de Novembro será certamente um momento alto na LUTA contra a política de direita e de exigência de uma política patriótica e de esquerda.

SPUTNIK



Está consagrado no AE que todo o trabalhador que necessite de meter baixa médica, a Carris completa o seu ordenado.

Mas... se a baixa for receitada por um medico que não o da Carris, esta, pura e simplesmente, recusa-se a cumprir com o acordado.

Tal situação só é resolvida com o recurso aos tribunais, e aqui a Carris, como muito bem o sabe, perdeu sempre.

Sendo assim, porque persiste a Carris com tais práticas?

Falta de confiança nos médicos?

Deve ser, pois só assim se explica que a mesma Carris nos venha dizer que um trabalhador que sofra um acidente de trabalho só se possa dirigir aos serviços médicos… depois de obter a "autorização" da sua chefia.

Já sabíamos que na Carris existem Doutores, Engenheiros e outros que tais. Ficamos agora a saber que em cada chefe existe um potencial médico.

Tanto Português sem médico de família… e a Carris a desperdiçar estes "valiosissimos" recursos.

Será que o tratamento é igual para todos?

Ah! Pois… eles não sofrem acidentes de trabalho.

Um jovem trabalhador da Carris

Hoje os trabalhadores da Carris são confrontados com um vasto conjunto de problemas.

Sendo uma parte importante do quadro de pessoal da Carris constituída por trabalhadores jovens, são estes que na sua esmagadora maioria todos os dias se vêm confrontados com as mais diversas pressões.

No caso dos trabalhadores contratados, raro é o dia em que não são "aliciados" a efectuar trabalho extra, mesmo contra a sua vontade, pois quando o telefone toca vem sempre o aviso em forma de ameaça "…olha não te esqueças que estás a contrato!" sendo os trabalhadores forçados a aceitar tais convites. Como é obvio as 11 horas de intervalo de descanso obrigatório não são cumpridas, sendo uma ilegalidade à luz da lei, mas também geradora de graves problemas pessoais e familiares.

Claro que indissociável de tudo isto, também estão as condições de trabalho a que muitos trabalhadores são hoje sujeitos. Por falta de casas de banho nos terminais dos autocarros, para satisfazer as suas necessidades fisiológicas, muitos motoristas são obrigados a urinar para a roda do autocarro ou em outros sítios menos aconselháveis. Claro que isto se passa no caso dos homens, sendo que as mulheres, e cada vez existem mais tanto a conduzir autocarros como eléctricos, são obrigadas a recorrer aos cafés. A Carris argumenta de que existem acordos com os proprietários dos cafés, mas o que a Carris não se "lembra" é de que o horário desses cafés, especialmente aos fins semana e feriados, não esquecendo os períodos de ferias, não é feito em função dos trabalhadores da Carris, sendo normal estes ouvirem bocas do género: "…sempre atrasados!", "…a preocupação deles é irem para o café!" ou "…isto é que eles gostam de ir para os copos e nós à espera!".

Juntando a isto tudo, também somos confrontados com um total desrespeito pelo horário de trabalho em que muitas vezes a semana começa com serviços de madrugada e acaba no serão, o que origina folgas de 1 só dia em vez dos 2 dias, ou o contrário em que se começa num serão ou rede e acaba na madrugada. Situações como as descritas são altamente prejudiciais à saúde na medida em que não se consegue um descanso mínimo e em condições para quem tem a responsabilidade de transportar centenas ou mesmo milhares de vidas humanas por dia de serviço.

Também a nível de promoções os jovens, novamente, são os mais prejudicados pois estão constantemente a ser aliciados com falsas promessas de promoções e prémios extra (como por ex: o desempenho +). Promoções essas e prémios esses só possíveis de alcançar mediante a abdicação de direitos conquistados, tais como o dia de aniversário, a medicina do trabalho, o dia de LP… Actualmente, fruto da sua precária e insegura situação laboral, são poucos os jovens que não se deixam "embalar na canção do bandido" e fazem valer os seus direitos. Por tudo o que somos e representamos, o futuro, deveria de haver, por parte da Carris, mais respeito e dignidade para com os seus jovens trabalhadores!

Também nos encontras em...

www.lisboa.pcp.pt

Comentadores!!!

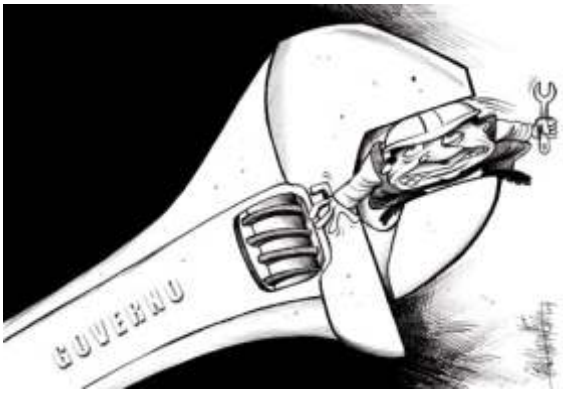
Os comentadores de serviço, nos vários canais televisivos, que se apressam a tentar demonstrar a sua isenção, não conseguem esconder um facto: todos eles têm uma ligação umbilical aos governos que desde Junho de 1976 são os únicos responsáveis pela destruição do sector produtivo, contribuindo assim para o empobrecimento do povo e dos trabalhadores e para que o País não possua hoje os instrumentos de produção essenciais para a dinamização e crescimento económico.

PS, PSD, CDS e o actual presidente da Republica, coligados ou de forma alternada destruíram a Marinha Mercante, empresas como a Lisnave e a Sorefame, empresas do sector têxtil e transferiram para as mãos dos grandes grupos económicos (de quem são meros comissários políticos) empresas como os TLP, a EDP, a GALP e outras, que colocavam nas mãos do Estado milhões de euros de lucros, que hoje ficam nas mãos de alguns.

O que esses comentadores não dizem é que esta crise tem origem na especulação da alta finança, em que alguns muito bem instalados no sistema, aproveitaram esta especulação bolsista (um Mundo de dinheiro virtual, assente em "Acções") para "meter a mão" no dinheiro real e isto fez desaparecer num ápice os muitos milhões que esta gente nos quer agora vir buscar aos nossos salários e direitos.

Num País verdadeiramente democrático e que respeitasse aqueles que verdadeiramente geram a riqueza, os trabalhadores, implicaria que esta gente visse todos os seus bens pessoais expropriados e que a sua acção tivesse o nome daquilo que é: ROUBO.

Mas isto só será possível com a ruptura com esta política de direita. Para esta ruptura o caminho é o da luta, para a qual a GREVE GERAL do dia 24 de Novembro será um poderoso contributo.



Pergunta ... Nós respondemos!

Os trabalhadores não sindicalizados podem aderir à Greve Geral?
Sim. Tanto os sindicalizados, independentemente da filiação sindical do seu sindicato, como os não sindicalizados estão cobertos pelo Aviso de Greve Geral colocado pela CGTP-IN.

Tem ou não a Carris que garantir na íntegra o pagamento do ordenado quando estamos com "baixa"?

Tem. O A.E. estabelece na cláusula 60ª que a empresa tem que completar o vencimento dos trabalhadores nas situações de "baixa". Mesmo nas "baixas" que não sejam passadas pelos médicos da empresa. Todas as acções metidas em tribunal, tem determinado a condenação da empresa. Não tendo mesmo o Tribunal considerado não haver lugar à ratificação das "baixas" do exterior pelos médicos da empresa.

Tem ou não a Carris que pagar a assistência médica e medicamentosa?
Sim. A mesma cláusula 60ª do AE estabelece esta obrigação. Todos os exames médicos ou quaisquer outros meios de diagnóstico, assim como todos os medicamentos prescritos pelos médicos, tem que ser pagos pela Carris. Também aqui os tribunais têm dado razão aos trabalhadores.

O que eles dizem:

" Armando Vara é desde o início deste mês, o presidente do conselho de administração da cimenteira brasileira Camargo Corrêa para África."
Público 22-09-2010

"Sair da crise exige congelar salários e subir impostos."
Título do **Jornal de Noticias 27-09-2010**

"Mais de um terço dos desempregados não recebem subsídio."
Título do **Diário de Noticias 26-09-2010**

"Razia nos salários e mais impostos para cortar défice."
Título do **Destak 30-09-2010**

Os números oficiais mostram que o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) anunciado está mal repartido entre grupos sociais.
O investidor Joe Berardo já assumiu que não será tocado. O Governo cortou na massa dos trabalhadores. Mas será possível encontrar outras fontes de receita? A resposta é afirmativa. Os dados da DGCI mostram que é possível, caso tivesse havido vontade para avançar por aí.

IRS mantém concentração
Em 1996, os rendimentos dos assalariados e pensionistas pagavam 86% da receita do IRS. Os independentes, os agrícolas, industriais, comerciantes, donos de prédios, de capitais e mais-valias pagavam os restantes 14%. Em 2008, a concentração agravou-se: os assalariados e pensionistas já pagam 92% de todo o IRS. Resultado: todo o rendimento além dos salários e pensões consegue facilmente fugir à tributação.

Sinais exteriores de riqueza
Após dez anos de aplicação da Lei 30-G, que penaliza as manifestações de fortuna, o Fisco continua sem acesso directo à informação que permite aplicá-la. A IGF criticou o Governo por nunca ter estabelecido a ligação directa entre o Fisco e as conservatórias do registo predial e automóvel. Resultado: nem as fortunas exibidas no consumo são acompanhadas.

Métodos indiciários
Se a empresa omite facturação, o Fisco pode estimar a actividade por métodos indirectos. Estão na Lei Geral Tributária desde 1998, mas nunca foram aplicados, por pressão dos empresário e a cumplicidade de PS e PSD. Resultado: Um universo significativo das empresas não paga imposto e elevados rendimentos não foram tributados.

Benefícios fiscais
A própria Inspecção Geral das Finanças tem feito auditorias e concluíu que os benefícios e isenções fiscais são usados maioritariamente por grupos económicos (em 2007, os fundos de investimento movimentaram 39 mil milhões e pagaram de imposto 242 milhões). As medidas de combate ao planeamento fiscal agressivo de 2007 foram frouxas. Resultado: milhares de milhões de euros conseguem evitar a tributação.

GREVE GERAL

O Carril saúda os trabalhadores do Metro pelo grande plenário de 19 de Outubro, onde mais de 500 trabalhadores decidiram por unanimidade aderir à Greve Geral de 24 de Novembro de 2010!

Tu trabalhas!
Tens direitos!
Dá mais força ao PCP!
Mais força aos Trabalhadores!

Contacta-nos para:
Av. Liberdade 170
Ou
sector.transportes@dorl.pcp.pt